

Barroso nega que aliados de Temer acessem autos antes de diligências

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, negou, nesta sexta-feira (30/3), pedido de advogados interessados em acessar autos do inquérito que investiga suspeitas de irregularidades na edição de decreto relacionado ao funcionamento dos portos.

Carlos Humberto/SCO/STF



Para Barroso, é preciso preservar sigilo das diligências feitas por investigadores.

Por ordem de Barroso, foram [presos temporariamente](#) nesta quinta (29/3) o empresário e advogado José Yunes, ex-assessor do presidente Michel Temer (MDB); Wagner Rossi, ex-ministro da Agricultura; Antonio Celso Grecco, dono da Rodrimar; e João Batista Lima Filho, o coronel Lima, da reserva da PM e amigo de Temer.

O inquérito dos portos investiga se Temer recebeu propina para favorecer empresas do setor portuário na publicação do Decreto 9.048, que alterou regras do setor e teria favorecido a Rodrimar, que atua no Porto de Santos.

As defesas tentaram acesso aos autos, mas Barroso afirmou que a decisão que autorizou as detenções e buscas e apreensões sintetiza tudo o que há no inquérito. Ou seja: a representação da Polícia Federal e a manifestação da Procuradoria-Geral da República.

“Nada obstante isso, concluídas as diligências sigilosas, os autos estarão à disposição da defesa”, disse o ministro. Ele ainda declarou que os pedidos de revogação das prisões temporárias serão analisados depois de ouvida a procuradora-geral da República, Raquel Dodge.

Clique [aqui](#) para ler a decisão.

INQ 4.621

Date Created

31/03/2018